

A SINTAXE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Charlotte Galves
IEL-UNICAMP

Resumo

Este texto retoma a distinção usualmente estabelecida entre Língua de Tópico-Comentário e Língua de Sujeito Predicado. Partindo da idéia de Eunice Pontes segundo a qual o Português do Brasil (PB) apresenta estruturas oracionais típicas das Línguas de organização Tópico-Comentário, tenta-se mostrar que é por ser uma Língua Tópico-Comentário que o PB se distingue do Português Europeu (PE) e das outras línguas românicas. Argumenta-se também que uma série de fenômenos sintáticos que distinguem o PB do PE podem ser explicados em termos desta distinção. Por fim, mostra-se que diferenças dialetais encontradas no PB poderiam ser facilmente explicadas se postularmos um sistema que caracterize o PB como uma língua de Tópico-Comentário.

Abstract

This paper resumes the distinction usually made between Topic-Comment Languages and Subject-Predicate Languages. Based on Eunice Pontes' idea that Brazilian Portuguese presents sentence structures which are typical of Topic-Comment Languages, we try to show that this is the main difference between Brazilian Portuguese and European Portuguese on the one hand, and Brazilian Portuguese and other romance languages, on the other hand. Also, we argue that a series of syntactical phenomena which distinguish Brazilian Portuguese from European Portuguese can be accounted for on the basis of this main distinction. Finally, we show that dialectal differences which are found in Brazilian Portuguese could be easily explained if we devise a system that characterizes Brazilian Portuguese as a Topic-Comment Language.

1. A SINTAXE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO¹ (*)

O trabalho pioneiro de Eunice Pontes sobre a sintaxe do Português Brasileiro mostra que construções muito freqüentes na língua falada se assemelham mais àquilo que se encontra nas línguas de organização predominantemente tópico-comentário como o chinês do que à sintaxe das línguas sujeito-predicado como o inglês². Queria aqui trazer mais argumentação para essa análise e mostrar que os fenômenos relacionados com ela são mais abrangentes ainda e não se verificam só em construções em que o tópico aparece abertamente. Outras construções típicas, não só do português brasileiro falado como também do escrito, são o reflexo de uma organização sintática que se distancia nitidamente das outras línguas românicas e, em particular, do português europeu. É justamente a partir da observação sistemática das diferenças sintáticas entre este e o português falado no Brasil, que se pode verificar até que ponto as duas sintaxes afastam-se uma da outra no que diz respeito ao funcionamento básico da sentença. É o que procurarei mostrar na primeira parte deste texto. Baseando-me nessa análise e analisando algumas variações dialetais importantes de tipo regional ou sócio-cultural, tentarei mostrar que estas não decorrem de diferenças gramaticais profundas, como aquelas que se verificam entre português europeu e português brasileiro, mas são variações de grau na caracterização deste como língua de tópico. Em outros termos, chegarei à conclusão de que as variações dialetais observáveis no Brasil constituem mais um argumento em favor da hipótese da existência de uma sintaxe brasileira muito claramente distinta da sintaxe portuguesa³.

No que diz respeito às variações de tipo sócio-cultural, tal hipótese tem uma consequência interessante quanto à norma: fica claro que esta não corresponde à valorização de um sistema linguístico coerente mas a uma discriminação de certos aspectos de um mesmo sistema. Em outros termos, pode-se dizer que todos os falantes de português brasileiro compartilham em maior ou menor grau a mesma gramática. Desenvolvo esta idéia mais adiante.

(*) Este artigo foi apresentado no 'Simpósio sobre a Diversidade Lingüística no Brasil', na UFB, Salvador, outubro/1986.

2. ALGUMAS DIFERENÇAS ENTRE PORTUGUÊS EUROPEU (PE) E PORTUGUÊS BRASILEIRO (PB)

2.1 - O uso do pronome Ele

2.1.1 - Em posição sujeito

O pronome ele sujeito não tem o mesmo uso em PB e PE. Em PB é utilizado de preferência ao sujeito nulo, sem valores particular; em PE, fora os casos em que serve a desambigüizar uma concordância idêntica em 1^a e 3^a pessoa, seu uso é contrastivo, correspondendo mais ao lui do que ao il francês.

Nas relativas, essa diferença de uso adquire um caráter mais drástico. Em PB, ele sujeito é freqüentemente utilizado como pronome "lembrete".

- (1) Eu tinha uma empregada que ela respondia ao telefone e dizia... (NURC)

Tal emprego é agramatical em PE que só admite uma "categoria vazia" na posição do sujeito das relativas.

- (2) Eu tinha uma empregada que respondia...

Deve-se acrescentar a essas duas diferenças uma terceira, notada por Eunice Pontes: o uso muito freqüente de ele em PB, logo depois do sintagma nominal sujeito.

- (3) Essa competência ela é de natureza mental.
(ex. de E. Pontes)

Observe-se que essas três diferenças apresentam uma grande coerência entre si, em PE ele é marcado, enfático, e não pode servir portanto de retomada anafórica de um sintagma nominal. Em PB ele é quase obrigatório para expressar a 3^a pessoa, não é portanto de admirar que ele possa retomar um SN. Deve-se notar porém que essas duas características não são forçosamente ligadas nas línguas: il em francês não pode aparecer em posição sujeito de uma relativa apesar de ser obrigatório como marca de 3^a pessoa. Vê-se assim um funcionamento particular em PB, que seguindo Eunice Pontes, relacionaremos com o fenômeno de língua de tópico.

Por outro lado, veremos mais abaixo que às diferenças de

uso de ele sujeito correspondem diferenças na interpretação do sujeito nulo nos dois dialetos.

2.1.2 - Em posição objeto

Aí, o contraste é muito mais forte. Ele não pode aparecer em posição objeto em PE, que só tem como recurso gramatical o uso do clítico o/a. Quanto ao PB, verificamos a mesma regularidade da posição sujeito quanto ao uso de ele em posição objeto: pode ser usado só (4), retomando um SN tópico explícito (5) ou ainda aparecer numa estrutura relativa com valor de pronome lembrete (6).

(4) Encontrei ele ontem.

(5) Esse rapaz, encontrei ele no trem.

(6) Esse rapaz aí que encontrei ele...

Por outro lado, como mencionamos a respeito de ele sujeito, um paralelismo se encontra nas duas línguas quanto ao uso de ele objeto e ao uso e interpretação do objeto nulo. Voltaremos a isso.

2.1.3 - Como objeto de preposição

Nessa posição, a diferença entre PE e PB se dá essencialmente nas relativas e é paralela à que encontramos quanto à posição sujeito e objeto. O PB tem tendência a usar preferencialmente o pronome lembrete (7) enquanto que o PE usa pronomes relativos (8)⁵:

(7) O André, que eu gosto dele, é mais bonito.

(8) O André, de quem eu gosto...

Nas frases simples, encontramos um uso muito similar, com o sintagma nominal em posição inicial, retomado por um pronome em função de genitivo ou complemento de preposição.

(9) O Cláudio o fim de semana dele vai até 2^a feira.
(ex. de E. Pontes)

(10) A parte de cima do banco não é para sentar nela.
(idem)

2.2 - O uso do pronome Se

No caso do pronome se, observa-se a seguinte e estranha diferença entre PE e PB: enquanto que, neste, o se tem nítida ten-
dência em desaparecer da língua em todos os seus usos nas frases
com tempo⁶, ele reaparece maciçamente - distanciando-se nisso do
uso do PE - nas infinitivas para expressar a indeterminação.

Quadro I

PB	PE
- indeterminado	
(11) Nos nossos dias, não usa mais saia. (NURC)	(11)' Não <u>se</u> usa mais saia.
- médio	
(12) Esta camisa lava facilmen- te.	(12)' Esta camisa lava- <u>se</u> facil- mente.
- pronominal	
(13) Joana não matriculou ainda.	(13)' Joana não <u>se</u> matriculou ainda.
- reflexivo	
(14) Maria fez a lista dos con- vidados mas esqueceu de <u>in</u> cluir ela.	(14)' Maria fez a lista dos con- vidados mas esqueceu de <u>se</u> incluir.
- inteterminação nas infinitivas	
(15) É impossível <u>se</u> achar lugar aqui.	(15)' É impossível achar lugar aqui.
(16) O João é difícil de <u>se</u> con- vencer.	(16)' O João é difícil de <u>conven</u> cer.

Uma explicação em termos do fenômeno geral de supressão dos clíticos em PB não dá conta deste contraste. Temos que tentar relacioná-lo com outras características do PB. Nos exemplos listados acima, já temos uma indicação interessante. Onde o se reflexivo cai em desuso, ele pode ser substituído por ele. Ora,

o uso de ele em posição objeto é uma das grandes diferenças entre o PB e o PE. Até agora, deixamos implícita a idéia de que o uso de ele objeto era sempre paralelo ao do clítico o/a em PE. Aqui, vemos que não é tão simples: (14) tem duas interpretações possíveis, uma em que ela tem por antecedente Maria e a outra em que se refere a uma outra pessoa. Mas se substituirmos o pronome pleno pelo clítico, só a segunda interpretação é possível.

(17) Maria fez a lista dos convidados mas esqueceu de incluí-la.

Vemos assim que o uso do pronome tônico ele em posição objeto não corresponde a uma simples substituição do clítico mas corresponde a uma reorganização da expressão das relações referenciais pela língua.

Constatamos a mesma reorganização quando comparamos (11) e (11)' onde se não alterna mais com ele em posições objeto mas com o sujeito ausente, ou nulo. É interessante verificar que (11) em PE é gramatical (contrariamente a (14)) mas com uma interpretação referencial determinada: só pode ser entendido como se referindo a alguém de quem está se falando. Ora, para expressar essa determinação, o PB usará preferencialmente o pronome lexical ele. Voltamos assim sobre o que dissemos acima sobre a diferença de uso desse pronome em posição sujeito nas duas línguas.

A questão do se na comparação de PB e PP se revela assim central para começar a delinear os seus respectivos sistemas no que diz respeito à expressão de referência. Falta agora examinar de mais perto o terceiro componente do tríptico, o mais abstrato mas também o mais revelador: a interpretação dos sujeitos e objetos nulos, que chamaremos de "categorias vazias" - em posição sujeito e objeto. É a análise deste terceiro aspecto que nos permitirá responder à pergunta relacionada com o se e àquela mais geral do português brasileiro como língua de tópico.

3. A INTERPRETAÇÃO DAS CATEGORIAS VAZIAS

3.1 - Em posição sujeito

Como vimos, as diferenças de interpretação dos sujeitos nulos se relacionam com as diferenças no uso de se e ele e põem em jogo a alternância determinação/indeterminação. Obtemos assim o seguinte quadro onde zero alterna com ele em PB e com se em PE:

Quadro II

	PE	PB
. determinado	usa saia	ela usa saia
. indeterminado	usa-se saia	usa saia

Deveremos concluir disso que o sujeito nulo sempre recebe interpretação indeterminada em PB? A resposta é não. Na realidade a interpretação determinada ou indeterminada do sujeito nulo depende do contexto:

(18) João disse que viria.

Em (18), os falantes brasileiros interpretam o sujeito de viria como sendo João. Diremos que João controla referencialmente a categoria vazia sujeito do verbo subordinado. Para os falantes portugueses, tal interpretação não é obrigatória já que o sujeito vazio em (18) pode receber uma interpretação determinada independentemente da presença de um "controlador".

Observemos agora o que acontece nas infinitivas. Notamos de novo contrastes na interpretação das categorias vazias. As seguintes frases, documentadas em PB, são agramaticais ou recebem outra interpretação em PE ([e] representa a categoria vazia).

(19) Eu estava pretendendo acabar antes de [e] nascer.

(20) Você quer deixar [e] ou [e] ficar com você?

(21) Você acha melhor [e] ir?

Em (19) o sujeito de nascer é interpretado, no contexto, como o bebê do qual se falava; em (20), tanto o objeto de deixar quanto o sujeito de ficar é o texto do qual se fala. Em PE, (19) só poderia ser interpretado com o sujeito de nascer idêntico ao sujeito da sentença eu (a sentença seria assim gramatical mas muito estranha) e (20) é definitivamente agramatical, o verbo querer impondo que o sujeito de ficar e o seu sejam idênticos. O que observamos em PB, é que há algo que compete com o sujeito para atribuir referência à categoria vazia e que esse algo é o tópico da sentença.

O mesmo se verifica em (21) em que o sujeito de ir pode

ser você mas pode também remeter a alguém de quem se fala. Em PE esta última interpretação é impossível.

Obtemos assim o seguinte quadro para a interpretação do sujeito nulo nas infinitivas:

Quadro III

PE	antecedente na sentença ou interpretação indeterminada
PB	antecedente no discurso ou antecedente na sentença (tópico)

Vemos então que a sintaxe das construções infinitivas em português brasileiro se distingue do português europeu no que diz respeito à possibilidade do sujeito nulo do infinitivo ser interpretado como referindo à pessoa ou à coisa da qual se fala. É interessante notar que em PE, essa interpretação só é possível com o uso do pronome lexical.

(22) Eu estava pretendendo acabar antes dele nascer.

(23) Você acha melhor ele ir.

Note-se que o que é obrigatório para a frase ser aceitável em PE, com uma interpretação em que eu e você não são o antecedente do verbo infinitivo, não é a presença de um sujeito pronominal mas a marca da pessoa, que pode ser dada, na 1^a e na 2^a, pela marca de concordância:

(24) Eu estava pretendendo acabar antes de nascerem.

(25) Você acha melhor irmos?

O que se depreende do contraste entre (19) e (20) por um lado, e (22) e (23) por outro lado, em PE, é que nesta língua, a 3^a pessoa não é interpretada como determinada no infinitivo. Se o pronome lexical não aparecer, o sujeito do verbo ou bem terá um antecedente na frase ou será interpretado como indeterminado.

É muito interessante notar que essa mesma falta de determinação na 3^a pessoa encontra-se em PB nas frases com tempo finito, em que a presença do pronome lexical ele/ela torna-se quase obrigatória como notamos mais acima (menos nos casos em que há um antecedente possível como em (18)).

Nos dois casos, diremos que a flexão de 3^a pessoa é defetiva em relação ao traço / + pessoa / que é o que assegura a interpretação determinada do sujeito nulo⁷. E nos dois casos, a interpretação é de indeterminação ou de controle referencial por um antecedente.

O estatuto deste antecedente na sentença é que diferencia crucialmente as duas línguas. Em PE, só poderá ser um sintagma nominal com função sintática na oração principal. Em PB pode ser, além disso, o tópico da sentença ou seja o objeto ou a pessoa a respeito de quem a sentença é enunciada.

Podemos assim representar os dois sistemas no que diz respeito à atribuição de referência determinada a um sujeito nulo (excluindo a 1^a e 2^a pessoa):

Quadro IV

	FRASES FINITAS	FRASES INFINITAS
PE	*tópico/*SN lexical na sentença/marca de pessoa na concordância	*tópico/SN lexical na sentença/*marca de pessoa na concordância
PB	?tópico/SN lexical na sentença/*marca de pessoa na concordância	tópico/SN lexical na sentença/*marca de pessoa na concordância

O ponto de interrogação na frente de tópico tem a ver com o fato mencionado acima de que ele é muito mais freqüente nesse caso do que o sujeito nulo. Podemos relacionar isso com a possível ambigüidade com a interpretação indeterminada (cf. Quadro II). Mas parece-me inexato dizer que o sujeito nulo não pode receber sua interpretação de um tópico. Observe-se:

- (26) - E o João?
- Chegou ontem.

Parece que a língua requer nas frases com tempo um sistema que não leva a ambigüidades entre determinação e indeterminação. A marca de pessoa na concordância em PE assegura a interpretação determinada, em PB, sempre existe a possibilidade de vinculação pelo tópico mas, em casos diferentes de (26) onde o jogo pergunta resposta assegura a interpretação do sujeito nulo, essa relação pode não ser recuperável; é então o pronome lexical que

reestabelece os traços pronominais que asseguram a determinação. Nesse sentido, o pronome passa a desempenhar a função da concordância e entendemos que, nesse sistema, ele tenha sempre tendência em aparecer, mesmo quando o próprio SN lexical está presente na sentença⁸.

É interessante notar que o sistema é mais aberto quando se trata das infinitivas: o Quadro IV mostra-nos que o PB aceita dois possíveis antecedentes para o sujeito nulo, deixando ao contexto a desambigüização da interpretação; quanto ao PE, na ausência de um SN lexical, a interpretação é de indeterminação. Mas vemos, que para o PB, a indeterminação configura uma terceira possibilidade de interpretação para o sujeito nulo. Por outro lado, o tópico pode ser o antecedente da categoria vazia mesmo quando ele não está presente na frase. É para bloquear essa possibilidade de que o se é então usado para expressar a indeterminação nas frases infinitivas em português brasileiro.

Explicamos assim a estranheza do conjunto de fatos apresentados no Quadro I e relacionamos este com o Quadro II: a ausência do traço / + pronominal / na concordância em PB faz com que se prescindia de se para expressar a indeterminação. Em compensação, a possibilidade do tópico ser antecedente do sujeito nulo do infinitivo reintegra o emprego do se na sintaxe das orações infinitivas, como marcador de indeterminação, em PB.

Esta caracterização da peculiaridade do português brasileiro em relação ao português de Portugal explica também a diferença que se observa nas duas línguas quanto ao emprego das construções difícil:

(27) João é difícil de pagar.

Em PB, (27) é ambígua. Pode significar que João paga difficilmente ou que é diffícil pagá-lo. Em PE, só a segunda interpretação é possível. Mas em PB, também é possível dizer:

(28) João é difícil de se pagar.

Em (28), não há ambigüidade, João é interpretado como o objeto de pagar⁹. Vemos de novo o se bloqueando a relação do sujeito nulo com seu antecedente para permitir a interpretação indeterminada do sujeito. Em PE, a obrigatoriedade dessa interpretação em (27) explica a ausência de (28) nessa língua¹⁰.

3.2 - A categoria vazia em posição objeto

É muito comum em português brasileiro frases em que a posição de objeto do verbo (transitivo) não é preenchido lexicalmente. Eunice Pontes cita casos em que o objeto aparece em posição inicial da frase:

(29) Esse negócio de tópico estou examinando desde o se mestre passado. (E. Pontes)

(30) A Belina o Hélio levou para a oficina. (idem)

Mas há outros casos, muito frequentes - até na escrita¹¹ - em que o antecedente do objeto nulo está numa frase anterior, desempenhando alguma função sintática:

(31) Apanharam as maçãs e guardaram no porão.

(32) Ouvi várias vezes esse disco antes de decidir comprar.

(33) Quem não tem seu adesivo venha buscar logo.
(ouvido no rádio)

Nestes casos, o clítico é obrigatório em PE e nas outras línguas românicas. Nestas línguas, existem restrições muito fortes sobre o aparecimento do objeto vazio¹². E, em particular, ele não é possível nas sentenças do tipo (31) e (33) porque não pode receber a interpretação determinada que elas impõem. Podemos pensar que, na posição objeto também nessas línguas, são os traços pronominais do pronome clítico que permitem recuperar um antecedente. Em PB, a ligação com o tópico é direta. É porque ele é sempre acessível que não se precisa de um mediador, o clítico.

A ligação direta do tópico ao objeto está relacionada com a ausência da passiva, que, segundo Li e Thompson (citados por Eunice Pontes), é uma característica das línguas de tópico. Observe-se as seguintes frases:

(34) A. Cadê a revista?

B. Está xerocando.

(35) A linha dele tinha parado de fabricar.

(36) Aquela verba que liberou agora...

É muito interessante notar que nestas sentenças, a vin-

culação do objeto pelo tópico que substitui o uso da estrutura passiva "está sendo xerocada", "tinha parado de ser fabricada", "foi liberada", está relacionada também com a possibilidade da interpretação indeterminada do sujeito nulo do verbo com tempo. Já pusemos em relação língua de tópico e caráter defetivo do elemento de concordância na 3^a pessoa: a concordância deixa de ser com prometida com a atribuição de uma referência específica ao sujei to nulo. A consequência disso é a reanálise do tópico como sujei to, muito nítida em (35) e (36) e também em (37).

(37) As revistas estão xerocando.

ou em vários exemplos de Eunice Pontes como

(38) A belina cabe muita gente.

Onde não há mais nenhum índice fonológico - pausa - ou sintático - ausência de concordância que possa distinguir os sin tagmas nominais preverbiais de um sujei to.

4. A SINTAXE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Graças à análise sistemática de diferenças entre português brasileiro e português europeu, chegamos assim a entender me lhor o que caracteriza a sintaxe do primeiro e como os seus vá rios desvios em relação à sintaxe portuguesa estão relacionados entre si.

Resumindo:

O elemento de concordância da 3^a pessoa não é mais sufi ciente para atribuir referência determinada ao sujeito nulo. Na ausência de sintagma nominal na sentença que possa servir de antecedente, usa-se preferencialmente o pronome lexical ele, que deixa visíveis os traços pronominais que a flexão não tem mais, e chega a desempenhar o próprio papel da concordância ao ser empre gado junto com o SN lexical sujeito.

Na ausência do pronome ou de algum antecedente possível, a interpretação do sujeito nulo de um verbo na 3^a pessoa é de in determinação. O se indeterminado não tem mais razão de ser.

O enfraquecimento da concordância não resulta no abando no do sistema de sujeito nulo - como numa língua românica como o

francês - mas numa reorganização da sentença em torno do tópico que pode ser o antecedente direto de objetos nulos e de sujeito nulo de orações infinitivas. Neste último caso, o uso do se permite assegurar a interpretação indeterminada. A possibilidade de ligação direta do objeto nulo pelo tópico explica o não uso dos clíticos o/a, cuja função é atribuir ao objeto uma interpretação determinada. Tornam-se inúteis neste sistema.

Contudo, é possível usar o pronome lexical pleno em posição objeto, como em posição sujeito, para deixar visíveis os traços pronominais concordando com o antecedente. Essa peculiaridade também está relacionada com o funcionamento de língua de tópicos, onde não tem restrições quanto à posição do pronome tônico - que nas outras línguas românicas só pode aparecer em posição de tema¹³ (ou regido por preposição), ou seja, como sujeito. Em português brasileiro, todas as posições sintáticas são susceptíveis de serem vinculadas pelo tópico. Espera-se portanto que o comportamento de pronome tônico seja paralelo ao da categoria via objeto.

Enfim, nota-se um grande paralelismo entre as estruturas relativas e as frases simples¹⁴. Podemos explicar esse fato também pelo funcionamento de língua de tópicos onde a estrutura básica da oração não é (39) nas (40):

(39) SN	[V	SN	
(40) SN	[SN	V	SN

Em (40), o primeiro SN funciona como o tópico. O colchete mostra que a predicação principal não é mais entre sintagma nominal e sintagma verbal como em PE mas entre o primeiro sintagma nominal e o conjunto formado por SN V SN¹⁵. Ora, essa estrutura é também a da relativa.

5. VARIAÇÕES DIALETAIS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

Queria agora mostrar que variações dialetais encontradas em PB, que sejam de ordem regional ou sócio-cultural, se dão no interior do sistema que acaba de ser delineado, e correspondem a uma maior ou menor extensão do alcance desse sistema na língua.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que os diversos aspectos da gramática do PB que foram analisados aqui têm estatuto

muito distinto quanto à norma. Apesar de fazerem todos parte daquilo que se procura definir como "norma culta", ou seja, o uso efetivo dos falantes brasileiros mais escolarizados (de grau universitário), certos traços desta gramática não são admitidos na escrita. Mas outros sim: por exemplo, o uso do se nas infinitivas ou o uso de ele sujeito nas frases simples para recuperação do tópico discursivo¹⁶. ou ainda o objeto nulo em orações coordenadas. Ora, mostramos que esses três fenômenos fazem parte do mesmo sistema, aquele que também permite o emprego de ele objeto, a passiva sem marca morfológica especial, o uso do pronome nas relativas. O caso do se nas infinitivas é particularmente revelador já que tem um estatuto muito positivo na norma brasileira apesar de se distanciar do uso - e da gramática - das outras línguas românicas, em particular o PE.

Considerarei agora três variações dialetais: uma de caráter mais geográfico: o emprego reflexivo do pronome ele, e duas de cunho nitidamente sócio-cultural: a perda da concordância e o uso do pronome de 1^a pessoa em posição objeto. A partir do que foi dito até agora, mostrarei que não representam senão a consequência extrema do sistema que inclui os fenômenos já analisados inclusive os que a norma considera como totalmente distintos, como o uso do se nas infinitivas.

5.1 - A interpretação reflexiva de Ele

Os trabalhos de Moreira (1983), Lemle (1985) e Galves (1986) apontam para a possibilidade para certos falantes, sobretudo originários de Minas Gerais, da interpretação reflexiva do pronome de 3^a pessoa numa sentença como (41):

(41) João viu ele no espelho.

Para a maioria dos paulistas ou cariocas, essa interpretação é impossível, ele só podendo ser entendido como diferente de João. Mas é muito interessante notar que todos aceitam ela como co-referente de Maria em (42):

(42) Maria fez a lista dos convidados mas esqueceu de incluir ela.

Ora, nesta sentença, o sujeito de incluir tem como ante

cedente Maria e vemos, portanto, o mesmo caso de co-referência entre o sujeito e o pronome objeto inaceitável para esses falantes em (41). Não é portanto a interpretação reflexiva do pronome em si que é inaceitável para eles mas a proximidade do sujeito e do pronome com essa interpretação, sendo que nesse caso eles preferem o uso do reflexivo se. É interessante notar que Minas Gerais parece ser uma região do Brasil em que, em geral, o uso do se tem mais tendência a desaparecer em todos os seus usos. Por outro lado, já observamos acima que o uso de ele neste caso não é idêntico ao do clítico o/a com o qual a co-referência seria totalmente impossível (cf. (17) acima). Vemos então se delinear três possíveis sistemas: o primeiro, do português de Portugal, tem a oposição entre o clítico o/a e o clítico se, o segundo, o da maioria dos falantes cariocas e paulistas têm ele e se (tendo perdido o clítico o/a) - com a possibilidade da interpretação reflexiva de ele, mas uma opção pelo se nas configurações do tipo de (41), o terceiro perde definitivamente o se, ele sendo usado tanto nos casos de co-referência quanto nos casos de não co-referência¹⁷.

O que se verifica é que a inserção de ele no sistema como pronome objeto direto, que explicamos pelo sistema de língua de tópico, é que representa o corte fundamental entre dois sistemas. O seu uso com interpretação de co-referência com o sujeito não é senão uma consequência da possibilidade do seu uso em posição objeto. O mesmo fenômeno observa-se em outras línguas, como o francês, quando é possível o uso do pronome pleno em posição objeto (o que vimos, se submete a fortes restrições). Em (43), por exemplo, il e lui podem perfeitamente ser co-referentes.

(43) A. Qui a-t-il vu sur les photos.

B. Il a vu lui.

Para uma análise mais teórica deste problema, remeto o leitor interessado a Galves (1986). O ponto que queria ressaltar aqui é que aceitar ou não (41) com interpretação co-referencial de João e ele não corresponde a duas gramáticas fundamentalmente distintas, no que diz respeito aos dois grandes tipos que opusemos neste trabalho, mas à existência num dos dialetos de um sistema misto que mantém uma oposição à qual os falantes só são sensíveis em certas configurações. Ou seja, (41) é coerente com a gramática que está produzindo todas as peculiaridades do PB que analisamos aqui.

5.2 - Perda da concordância e uso dos pronomes tônicos em posição objeto na primeira pessoa

Se olharmos agora para variações lingüísticas ligadas a estratificações sócio-culturais no Brasil, verificamos uma tendência já bastante descrita e analisada: a perda geral da concordância sujeito-verbo. Gostaria de acrescentar a esta variação, uma outra que tem a ver com o uso do pronome tônico de primeira pessoa em posição objeto¹⁸:

(44) Ele viu nós na festa.

(45) Ele chamou eu para conversar.

Ligarei estes dois aspectos porque a possibilidade tanto de um como do outro se relaciona diretamente com a análise proposta aqui da sintaxe do português brasileiro.

Com efeito, a perda geral da concordância não é senão a extensão a todas as pessoas verbais daquilo que verificamos para a 3^a do singular: a perda do caráter pronominal da flexão que terá que ser substituída sistematicamente pelo pronome lexical.

Quanto ao que observamos em (44) e (45), trata-se da extensão à 1^a pessoa daquilo que verificamos para a 3^a: a substituição de um sistema de clíticos pelo uso do pronome tônico. E de novo verificamos que os falantes que não aceitam (44) e (45) têm na sua grande maioria um sistema misto na utilização de pronomes em posição objeto: pronome tônico na 3^a pessoa, pronome tônico ou clítico na 2^a e clítico na 1^a.

Ora (44) e (45) correspondem a um sistema puro de língua de tônico, que exclui o uso dos clíticos e em que a posição pós-verbal, de objeto direto, pode ser ocupada por um pronome tônico sem restrição nenhuma. Voltando à comparação com o francês, é interessante observar que, quando o pronome tônico é possível na posição objeto, essa possibilidade não exclui nenhuma pessoa.

Verificamos assim de novo a existência de três sistemas: o primeiro exclui o pronome tônico na posição do objeto direto, na qual só pode aparecer um clítico. É o sistema do Português de Portugal. O segundo é misto, é o Português Brasileiro que se encontra nos corpora tomados por base neste trabalho, e que podemos considerar todos como do nível da "Norma Culta". O terceiro inclui a possibilidade do pronome tônico objeto em todas as pessoas. O ponto que queremos enfatizar é que, como no caso da concordância e da interpretação reflexiva de ele, o segundo sistema

já contêm marcas fortes da organização do terceiro e o corte lingüístico mais forte em termos de tipo de gramática se encontra entre o primeiro e o segundo.

Seria interessante investigar as razões pelas quais certos aspectos de um mesmo sistema gramatical são fortemente estigmatizados enquanto que outros vão se impondo inclusive na fala de locutores muito escolarizados. Não proporei aqui nenhuma hipótese. Meu objetivo era fazer aparecer claramente dois fatos correlacionados: primeiro, a existência de um sistema sintático brasileiro, diferente do sistema sintático português em vários aspectos cruciais no que diz respeito à estruturação da sentença. Esta análise opõe-se à concepção das particularidades do português brasileiro como uma lista de "desvios" independentes uns dos outros. Esta é justamente a atitude normativa, que não passa de uma visão superficial dos fatos lingüísticos, o que é muito prejudicial já que cria nos falantes uma visão errônea da sua própria competência lingüística. O segundo fato é, portanto, a incoerência lingüística da norma, que fica aqui demonstrada.

Notas

- 1 A análise apresentada aqui baseia-se sobre um corpus de sentenças ouvidas, inquéritos lingüísticos e intuições de falantes representativos sobretudo dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os inquéritos são a NURC (que integra dados de cidades de outros Estados), o Censo da Variação Lingüística do Rio de Janeiro (base dos trabalhos de Mollica), e o corpus de Tarallo (1983).
- 2 Cf. PONTES (1981), que se baseia na tipologia proposta por Li e Thompson.
- 3 Esta tese também é defendida em Galves (no prelo) e Tarallo (1986).
- 4 Cf. MOREIRA (1983), TARALLO (1983) e GALVES (1984) e (no prelo).
- 5 Também existe em PB um outro tipo de relativa, a que Tarallo chama de "cortadora", em que é apagado o sintagma preposicional inteiro: "O André, que eu gosto...". Cf. também KATO (1981) e WHEELER (1983).
- 6 Deve-se ressaltar que esse fenômeno se dá com grandes variações dialetais e até idioletais.

- 7 É também a análise proposta em LEMLE (1985).
- 8 A análise de ele sujeito como elemento de concordância em PB é proposta em GALVES (no prelo) e TARALLO (1986).
- 9 Deixamos de lado a possível interpretação reflexiva.
- 10 Aqui convém ressaltar que, se a análise proposta aqui é justa, João em (27) e (28) comporta-se como tópico da sentença, além de ser o sujeito gramatical da oração principal. As línguas de sujeito/predicado restringem esta possibilidade a classes muito específicas, com comportamento sintático muito peculiar. Em PB, língua de tópico, esta restrição afrouxa-se consideravelmente, ver mais abaixo os exemplos (37) e (38).
- 11 Por exemplo, chamou-me a atenção a freqüência de construções do tipo de (31) em livros infantis.
- 12 Cf. L. RIZZI. Null object in italian. Linguistic Inquiry, v. 17, 1986.
- 13 Cf., para o francês, a análise de Mitsou Ronat. Pronoms topiques et pronoms distinctifs. Langue française, nº 44, 1979.
- 14 Fato notado e analisado em MOLLICA (1977), TARALLO (1983) e GALVES (1984).
- 15 Cf. GALVES (no prelo) e (em preparação).
- 16 Seria muito interessante efetuar uma análise comparativa de textos portugueses e brasileiros quanto a este aspecto.
- 17 Seria interessante verificar se o se não se manteria ainda obrigatoriamente em certos casos, dependendo da semântica do verbo, por exemplo, quando a interpretação de desdobramento permitida em "ver no espelho" não fosse tão forte.
- 18 Atestado no dialeto caipira de São Paulo.

Bibliografia

- CHAO, W. (1983). The interpretation of null subjects: Brazilian Portuguese. Cahiers Linguistiques d'Ottawa, 11.
- GALVES, C. (1984). Pronomes e categorias vazias em português do Brasil. Cadernos de Linguística, 7. UNICAMP.
- . (1986). A interpretação "reflexiva" do pronome no português do Brasil. Delta, 2 (2).
- . (No prelo). Algumas diferenças entre português de Portugal e português do Brasil e a teoria de regência e vinculação. Anais do Congresso sobre a situação atual da língua portuguesa no mundo. V. II, Lisboa.
- . (Em preparação). Null object in Brazilian portuguese.
- KATO, M. (1981). Orações relativas: variação universal e variação individual no português. Estudos Linguísticos, V. PUC, São Paulo.
- LEMLE, M. (1985). Pronomes anáforas zero: observações sobre uma mudança lingüística. Delta I, 1 e 2. São Paulo
- LI, C. & THOMPSON, S. (1976). Subject and topic: a new typology for language. In: LI, C. (ed.). Subject and topic. New York, Academic Press.
- MILANEZ, V. (1983). Recursos de indeterminação do sujeito. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- MOLLIKA, C. (1977). Estudo da cópia nas construções relativas em português. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ.
- MOREIRA, S. (1983). Études sur la symétrie et l'asymétrie SUJET/OBJET dans le portugais du Brésil. Tese de Doutorado. Universidade de Paris VIII.
- PONTES, E. (1973). A estrutura do verbo no português coloquial. Petrópolis, Vozes, 2.ed.

—————. (1981). Da importância do tópicos em português. Anais do V Encontro de Linguística, V. II. PUC-RJ.

TARALLO, F. (1983). Relativization strategies in Brazilian Portuguese. Universidade da Pensilvânia, Tese de Doutorado.

—————. (1986). On the alleged creole origin of Brazilian Portuguese. Comunicação apresentada no "Creole Work Shop". C.U.N.Y.

e G. Sankoff (1984). Relativization and anaphora in spoken languages. Comunicação apresentada no NWAWE XIII, Universidade da Pensilvânia.

WHEELER, D. (1983). Object Deletion in Portuguese (mimeo.).

—————. (1983). Sintagmas preposicionais vazios em português. Comunicação apresentada no Seminário do GEL, Piracicaba.